APLICAÇÃO DE INQUÉRITO DE CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DOS ALIMENTOS REGIONAIS

Maria Graciana Da Silva Felipe[1]
Beatriz Maria De Vasconcelos Costa[2]
Bárbara Elen Santos Stedile[3]
Antonia Naiane Bento Mesquita [4]
Leidiane Minervina Moraes De Sabino[5]

RESUMO

O uso de alimentos regionais, que possuem como características serem de fácil acesso, economicamente favoráveis e terem alto valor nutritivo, são importantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional infantil. Logo, é importante realizar intervenções que melhorem o acesso da população a uma alimentação de qualidade, baseada nos alimentos regionais. Objetivou-se avaliar os efeitos de intervenções educativas sobre a utilização dos alimentos regionais pelas mães de crianças menores de cinco anos. Trata-se de um estudo quase-experimental, do tipo antes e depois, realizado em unidades básicas de saúde e escolas de Acarape e Redenção, Ceará, com mães de crianças menores de cinco anos. A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a maio de 2023. Inicialmente foi aplicado o questionário do perfil sociodemográfico e da condição de saúde da criança, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o Inquérito de Conhecimento, Atitude e Prática (CAP) e o álbum seriado 'Alimentos regionais promovendo a segurança alimentar e nutricional'. Após um mês da intervenção foi aplicado novamente o Inquérito CAP por meio de contato telefônico. Participaram da pesquisa 87 mães, em que a maioria tinha entre 18 e 29 anos de idade, eram brasileiras, com segundo grau completo ou incompleto, vivia com companheiro, tinha como ocupação predominante ser dona do lar e residia com até 4 pessoas. A análise do Inquérito CAP revelou que antes da intervenção 16 participantes tinham conhecimento adequado, e após um mês esse número aumentou para 75 (p=0,001). Para o eixo atitude, antes da intervenção 73 pessoas tinham atitude adequada, e depois 82 (p=0,049). O eixo prática apresentava 67 pessoas com critério adequado antes, e passou a contabilizar 80 após a intervenção educativa (p=0,002). Conclui-se que intervenções educativas utilizando o álbum seriado 'Alimentos Regionais Promovendo a Segurança Alimentar' são eficazes para aumentar conhecimento, atitude e prática quanto ao consumo dos alimentos regionais.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Saúde da Criança; Enfermagem; Tecnologias educacionais.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, gracianafelipe@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, biaholands@gmail.com[2]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, barbarastedile@aluno.unilab.edu.br[3]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, naianemesquita250@gmail.com[4]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Docente, leidiane.sabino@unilab.edu.br[5]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) é definida como a disponibilidade incerta ou limitada de alimentos seguros e nutricionalmente adequados, e não exclui a incapacidade ou capacidade incerta de adquirir alimentos adequados de maneiras aceitáveis socialmente (AGUIAR, 2021).

Um estudo avaliou a Insegurança Alimentar no extremo Sul do país e identificou que dos domicílios entrevistados, 44% que apresentavam algum grau de Insegurança Alimentar eram compostos principalmente por crianças menores de cinco anos, mulheres em idade fértil e/ou idosos. Esses grupos são consideravelmente mais vulneráveis à IAN, visto que são os primeiros a sentirem as consequências qualitativa/quantitativa da restrição alimentar (MAAS et al., 2020; ANDRÉ et al., 2018).

Frente à realidade de dificuldade de acesso a uma alimentação de qualidade devido a restrições financeiras vivenciadas por muitas famílias, os alimentos regionais podem ser uma forma de garantir uma alimentação adequada para as famílias, com um custo menos elevado. Os alimentos regionais são de baixo custo, ricos em nutrientes e amplamente disponíveis na região, sendo, então, de fácil acesso (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, destaca-se que podem ser utilizadas tecnologias educacionais para a promoção de uma alimentação infantil saudável baseada nos alimentos regionais. Como exemplo cita-se o álbum seriado 'Alimentos regionais promovendo a segurança alimentar e nutricional', que foi elaborado e validado para ser utilizado com populações variadas, com intuito de promover uma alimentação saudável, em especial em domicílios com crianças (MARTINS et al., 2012).

O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos de intervenções educativas sobre a utilização dos alimentos regionais pelas mães de crianças menores de cinco anos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quase experimental, do tipo antes e depois (pré-teste e pós-teste), a qual envolve a aplicação de uma intervenção educativa (POLIT; BECK, 2018). Realizado nas Unidades Básica de Saúde e escolas de Acarape/CE e Redenção/CE. A população do estudo foi composta por mães de crianças menores de cinco anos de idade. A coleta de dados ocorreu no período de janeiro a março de 2023.

Eram convidadas a participar da pesquisa as mulheres que aguardavam atendimento na UBS ou aguardavam os seus filhos na escola, e que enquadravam-se nos critérios de inclusão: ser mãe de criança menor de cinco anos de idade, ser cadastrada e acompanhada na UBS em que foi desenvolvido o estudo e residir com a criança no mesmo domicílio; e que não estivessem nos critérios de exclusão: mãe que não tenha habilidade cognitiva para participar da intervenção educativa, a ser relatado pela própria participante; e não possuir contato telefônico. Como critério de descontinuidade, foram retiradas da pesquisa as participantes que ao longo do estudo decidiram não participar mais e as que não for possível realizar contato telefônico.

Deste modo, após uma explanação sobre o projeto e aceite dos participantes em contribuir com a atividade de pesquisa, elas eram conduzidas a um espaço mais reservado. Após lerem e assinarem as duas vias do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), as bolsistas iniciavam a coleta de dados aplicando os seguintes instrumentos, que foram adaptados a um formato digital por meio da plataforma google forms: 1. Questionário do perfil sociodemográfico e da condição de saúde da criança, o qual foi adaptado do estudo de Joventino (2013). 2. Inquérito de conhecimento, atitude e prática (CAP), que possibilitará avaliar esses itens como adequados ou inadequados, 3. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que possui 15 perguntas relacionadas ao acesso das famílias a uma alimentação adequada nos últimos três meses.

ISSN: 2447-6161

Após a aplicação dos instrumentos as mães participaram da intervenção educativa, em que foi utilizado o álbum seriado 'Alimentos regionais promovendo a segurança alimentar e nutricional'. Durante toda a atividade foi utilizada uma linguagem clara e estimulando a participação de todas, para que a construção do conhecimento pudesse acontecer. Ao finalizar a intervenção as participantes eram lembradas que com um mês um novo inquérito CAP seria aplicado por contato telefônico, a fim de avaliar o impacto da intervenção.
Os dados coletados foram digitados no Microsoft Excel 2010 e analisados no programa Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Statistics), versão 20.0, sendo utilizados os testes estatísticos de McNemar. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pelo parecer N° 5.792.199.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente a coleta de dados da pesquisa foi realizada com 105 participantes, sendo excluídas 18 participantes por não atenderem a ligação para reaplicação do inquérito CAP, tendo-se uma amostra final de 87 participantes.
O Inquérito CAP foi utilizado para avaliar o conhecimento, atitude e prática (CAP) dos participantes dessa pesquisa em relação aos alimentos regionais. Na análise do eixo conhecimento, antes da intervenção 67 (77,0%) participantes já haviam ouvido falar sobre alimentos regionais, após um mês da intervenção elevou-se para 79 (90,8%), sendo essa diferença estatisticamente significante (p = 0,001).
A concepção do conhecimento engloba a totalidade da experiência humana. O ponto de partida para se formar o conhecimento são as vivências que se tem em grupo ou comunidade (ANDREOLA, 1993). Os participantes dessa pesquisa conheciam o caju, banana, seriguela, jerimum e batata-doce, pois são alimentos presentes na sua cultura e culinária. Sendo assim, como os participantes já tinham vivências com esses alimentos na sua comunidade será mais fácil a compreensão da terminologia alimentos regionais.
Em relação à utilidade dos alimentos regionais, houve a prevalência da alimentação variada, o que foi mencionado por 81,63% (N=71) participantes depois da atividade educativa; sobre alimentações que poderiam ser preparadas com os alimentos regionais, antes da intervenção 44,8% (N=39) participantes não sabiam ou não lembravam. Após a intervenção com o álbum seriado, predominou o tipo de preparo carne de caju (N=35;40,2%), seguido da farofa com banana (N=18; 20,7%). Antes da intervenção 16 (18,4%) mães tinham conhecimento adequado e depois elevou-se para 75 (86,2%).
Acerca da atitude das mães em relação aos alimentos regionais, antes da intervenção somente um participante (N=1;1,1%) não considerou necessário o uso dos alimentos regionais na dieta da criança, depois da intervenção todos os participantes consideraram necessário (N=87;100%). Seguindo os critérios da pesquisa, foi analisado que antes da intervenção 73 (83,9%) participantes tinham atitude adequada, e após a intervenção esse número subiu para 82 (94,3%) (p =0,049).
Ainda acerca do eixo atitude, 52,9% das mães afirmaram que o alimento regional é importante por promover a segurança alimentar. Vale ressaltar, que além de promover a SAN o consumo de alimentos típicos também previne distúrbios nutricionais. O consumo de alimentos com baixa valor nutricional como guloseimas e frituras, tem gerado hábitos alimentares inadequados, e consequentemente distúrbios nutricionais nas crianças, como anemia ferropriva, hipovitaminose A, obesidade, sobrepeso. Para corrigir essa problemática o estudo de Teodoro (2018) estimula a construção de hábitos alimentares saudáveis das crianças, por meio de Educação Alimentar e Nutricional.
Os resultados apresentados no eixo atitude, evidenciaram que as mães têm esclarecimento quanto à

ISSN: 2447-6161

importância dos seus filhos terem uma alimentação adequada. Para além do que foi citado pelos participantes, estudos vêm demonstrando que boas condições de saúde nos anos iniciais de vida, permite o desenvolvimento de habilidades que irão refletir ao longo de toda a vida adulta (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020).

Acerca do eixo prática, pode-se verificar que antes da intervenção 81,6% referiram ter utilizado o alimento regional na dieta da criança, depois da intervenção este valor elevou-se para 92,0% (p=0,022). Como pode ser observado, antes da intervenção educativa 77,0% das mães tinham uma prática adequada, e após um mês da intervenção educativa 92,0% das participantes tiveram a prática considerada como adequada.

Ainda acerca do eixo prática, 100% (N=87) dos participantes no momento do pós-teste considerou que o alimento regional pode ser utilizado sempre que achar necessário. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) recomenda ingestão diária de, no mínimo, 400 gramas de frutas, verduras e legumes, o que equivale, aproximadamente, ao consumo diário de cinco porções desses alimentos. Conforme o Ministério da Saúde (MS), esses alimentos devem ser a base da dieta (BRASIL, 2014). Independente de qual seja a recomendação, o objetivo geral é promover a proteção e a manutenção da saúde da população, por meio do consumo diário de frutas, verduras e legumes.

A tabela 1, apresenta a evolução do nível de conhecimento, atitude e prática dos participantes após a intervenção educativa comparando com antes e depois, evidenciando a eficácia da intervenção educativa utilizando o álbum seriado sobre alimentos regionais, pois, antes da intervenção poucas (N=16) mães tinham o conhecimento sobre alimentos regionais, mas depois puderam reconhecer esses alimentos (Conhecimento), sua importância na dieta da criança (Atitude). Com o conhecimento construído na ação educativa agora as mães podem preparar novas receitas de baixo custo e alto teor nutritivo com ingredientes de fácil acesso (Prática).

A Conferência de Adelaide em 1988, instituiu a alimentação e nutrição como prioridades para as Políticas Públicas Saudáveis (PPS). Essa prioridade foi estabelecida com base em três considerações. Em primeiro lugar, alimentos saudáveis são determinantes primários da saúde. Em segundo lugar, a desigualdade mundial que há em relação ao acesso aos nutrientes, enquanto há países subnutridos a outros que tem uma dieta rica em gorduras. Em terceiro lugar, alimentos saudáveis e boas práticas de segurança alimentar e nutricional, além de gerar benefícios para a saúde da população, também estimulam as práticas agrícolas sustentáveis, gerando impactos positivos para os agricultores e para a economia local e a conexão com a cultura e a comunidade (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020).

Nesse contexto, esse estudo revelou mudança nas práticas dos participantes, que impactam na valorização da produção local e dos alimentos regionais. Essa valorização pode ter benefícios significativos para a saúde da criança, promovendo a redução dos fatores de risco para a insegurança alimentar infantil.

Ao profissional de enfermagem é atribuída a responsabilidade de acompanhar o crescimento e desenvolvimento da criança, estando ele presente no início da introdução alimentar. Sendo assim, nesta ocasião cabe ao enfermeiro prestar orientações em saúde sobre o uso dos alimentos regionais nas receitas, estimular as trocas de suco por água potável, suco pela fruta in natura e substituir lanches industrializados por lanches saudáveis com ingredientes regionais.

Esses profissionais desempenham um papel essencial na promoção da saúde, logo podem realizar intervenções junto à população para difundir o conhecimento e utilização dos alimentos regionais. Diante dos

ISSN: 2447-6161

resultados positivos obtidos nesse estudo, os enfermeiros podem aderir às tecnologias educativas como um método de educação em saúde, tendo em vista que elas podem auxiliar no processo de ensino que envolve o compartilhamento de informações e experiências para desenvolver aprendizados e comportamentos relacionados à saúde (SARAIVA, 2018; BUGS, 2018)

CONCLUSÕES

A intervenção educativa com o álbum seriado é eficiente em promover o conhecimento, atitude e prática do uso de alimentos regionais pelas mães de crianças menores de cinco anos. Ao elevar o consumo dos alimentos regionais promove-se a segurança alimentar e nutricional das crianças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à **Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap**) pelo financiamento da pesquisa intitulada APLICAÇÃO DE INQUÉRITO DE CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA SOBRE O USO DOS ALIMENTOS REGIONAIS e executada entre 01/09/2022 e 31/08/2023, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. W. O. Fatores associados à insegurança alimentar domiciliar em uma coorte de mulheres residentes em áreas vulneráveis a arboviroses de Fortaleza-CE. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021

ANDRÉ, H. P. et al. Food and nutrition insecurity indicators associated with iron deficiency anemia in Brazilian children. Ciência e Saúde Coletiva, v. 23, n. 4; p. 1159-1167, 2018.

ANDREOLA; B.A. O processo do conhecimento em Paulo Freire. Educação & realidade. Porto Alegre. v. 18, n. 1, p.32-42, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Ministério da Saúde; 2014.

BUGS B.M.; VIERA, C.S.; RODRIGUES, R.M., et al. Atividade Educativa para Mães de Bebês Prematuros como Suporte Para o Cuidado. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v.8:e2725, 2018 . DOI: http://dx.doi.org/10.19175/recom.v8i0.2725

JOVENTINO, E.S. Elaboração e validação de vídeo educativo para promoção da autoeficácia materna na prevenção da diarreia infantil. 2013. 188f. Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Ceará, faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Fortaleza, 2013.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 4065–4076, 28 set. 2020. DOI 10.1590/1413-812320202510.31762018. Disponível em:

ISSN: 2447-6161

https://www.scielo.br/j/csc/a/7VCwpwHHvPb8KxQYdqBb35M/. Acesso em: 17 jun. 2023.
MARTINS, M.C.; VERAS, J.E.G.L.F.; UCHOA, J.L.; PINHEIRO, P.N.C.; VIEIRA, N.F.C.; XIMENES, L.B. Segurança alimentar e uso de alimentos regionais: validação de um álbum seriado. Rev Esc Enferm USP, v. 46, n.6, p. 1354-61, 2012.
MAAS, N. M.; SASSI, R. A. M., MEUCCI, R. D.; CESAR, J.A. Food insecurity in rural families in the extreme south of Brazil. Ciência e Saúde Coletiva, v. 25, n. 7, p. 2605-2614, 2020.
POLIT, D. F.; BECK, C. T. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem – Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
SARAIVA, N.C.G.; MEDEIROS C.C.M.; ARAUJO T.L. Serial album validation for promotion of infant body weight control.Rev. Latino-Am. Enfermagem. V.26:e2998, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2194.2998.
TEODORO, M.A.; SANTOS, L.M.P.G.; LIMA, D.B.; FERREIRA, E.B.; LUCIA, F.D. Estratégia de educação alimentar e nutricional na prevenção de distúrbios nutricionais em pré-escolares. Extensio: R. Eletr. de Extensão, v. 15, n. 31, p. 15–30, 2018. Disponível em: . Acesso em: 27 ago. 2023
WORLD HEALTH ORGANIZATION. Fruit and Vegetable Promotion Initiative. Geneva; 2003.

ISSN: 2447-6161